



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR AS CAUSAS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM
DE MINERAÇÃO MINA CÓRREGO DO FEIJÃO, DA EMPRESA
VALE S.A

Requerimento nº de 2019
(da Sra. Áurea Carolina – PSOL/MG)

Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que seja realizada audiência pública para debater diversificação econômica e alternativas de transição econômica em regiões de forte exploração e dependência minerária.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito proposta de realização de audiência pública com o objetivo de debater diversificação econômica e alternativas de transição econômica em regiões de forte exploração e dependência minerária.

JUSTIFICAÇÃO

Na tarde do dia 25 de janeiro de 2019 o Brasil viveu mais um crime socioambiental de enormes proporções e o maior acidente de trabalho registrado na história do país. O rompimento da barragem de rejeitos minerários ocorreu no início da tarde na Mina do Córrego do Feijão na cidade de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, liberando cerca de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro no rio Paraopeba. Todas as cidades localizadas à sua margem, desde o município de Brumadinho até a represa de Retiro Baixo, localizada no município de

Pompéu, foram afetadas. Há fortes evidências de que o rastro da lama já tenha alcançado o Rio São Francisco na represa de Três Marias.

A Vale mantinha 427 pessoas no local do acidente, entre funcionários e colaboradores externos. A maior parte no refeitório no momento do desastre. Até o momento, 245 óbitos foram confirmados. Autoridades informam que pelo menos 35 pessoas seguem desaparecidas. O Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e outras forças de resgate seguem no local.

O objetivo da presente Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar as causas do rompimento da barragem de mineração Mina Córrego do Feijão, bem como apurar responsabilidades por esse sinistro e avaliar formas de minorar os riscos da ocorrência de novos acidentes. A dependência econômica da mineração é hoje um dos grandes entraves para que diversos municípios estabeleçam outros eixos de desenvolvimento a partir de atividades sustentáveis e com maior capacidade de distribuição de renda.

A lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017 que dispõe sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é enfática ao estabelecer que “serão destinados, preferencialmente, pelo menos 20% (vinte por cento) de cada uma dessas parcelas para atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico”. No entanto, tal regra quase nunca é aplicada mantendo situação de grande subserviência de estados e, principalmente, municípios à dinâmica exploratória da mineração.

A situação merece a máxima atenção e empenho por parte desta Casa Legislativa. A gravidade e reincidência dos fatos impõem ações imediatas com o objetivo de evitar novas tragédias.

A data para realização da requerida audiência, bem como a lista de convidados para sua efetivação, serão acertadas no colegiado da CPI após alinhamento coletivo junto aos membros da Comissão.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2019.

Deputada Áurea Carolina

PSOL/MG